

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

1. ENQUADRAMENTO GERAL DA ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

Avaliação Global

A economia mundial atravessou nos últimos 2 anos um dos períodos mais conturbados desde a Grande Depressão dos anos 30, com consequências devastadoras na actividade produtiva e no emprego. Decorrente das políticas públicas de suporte à actividade económica e aos sistemas financeiros, ao longo do segundo semestre de 2009 surgiram os primeiros indícios de estabilização da actividade económica. Porém, devido à extensão dos danos causados anteriormente, esta recuperação poderá ser insuficiente para evitar o registo da primeira recessão económica mundial de há várias décadas.

Apesar de mais positivo, o cenário para a economia mundial em 2010 ainda encerra vários desafios. A transição do apoio das políticas públicas para o suporte do sector privado está sujeita a riscos. A solidez das finanças públicas, como elemento fundamental de confiança no Estado, e o compromisso de estabilidade de preços a prazo, crucial para as decisões de investimento, representam limites naturais a novos estímulos. Por outro lado, a alteração na preferência das famílias e na estratégia das empresas, com uma orientação marcadamente mais conservadora, deixa antever um processo de retoma mais lento do que noutros períodos de inversão do ciclo económico. Também, não é despreciable a incerteza com a oportunidade, forma e reacção à provável remoção das medidas de estímulo à actividade.

A economia portuguesa foi igualmente afectada pela crise global. Estima-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009 e, para 2010, projecta-se uma expansão muito limitada. As necessidades elevadas de financiamento a par com problemas crónicos de competitividade perduram como factores de risco relevantes.

Pese embora alguma recuperação no clima de confiança, o funcionamento regular dos mercados financeiros foi apenas parcialmente reposto, designadamente nos mercados interbancários, e o ciclo do crédito não se perfila favorável, decorrente dos fracos volumes de negócio e da deterioração na qualidade do crédito. Este enquadramento exigente para as instituições financeiras portuguesas, a par com uma posição globalmente deficitária nos mercados de capitais internacionais, impõe uma avaliação rigorosa dos riscos de liquidez e da utilização do capital, compele à persecução de ganhos de eficiência, e enfatiza a defesa de resultados, fundamental para o reforço da solvabilidade das instituições.

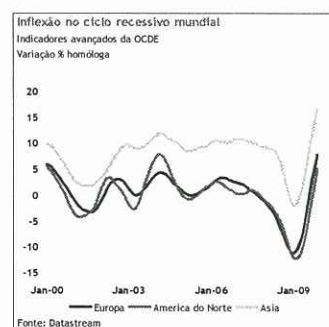
Handwritten signature and initials in blue ink.

Em virtude do aparente sucesso das políticas públicas em evitar a derrocada económica e social que começava a materializar-se, os indicadores económicos mais recentes sinalizam uma inflexão no ciclo recessivo mundial. As políticas de incentivo à despesa permitiram o escoamento das existências acumuladas, com repercussão evidente na reanimação da actividade produtiva e no comércio mundial.

Inflexão no ciclo recessivo mundial

Indicadores avançados da OCDE

Variação % homóloga



Retoma económica diferenciada em função do impacto da crise na condição financeira dos países

Esta alteração no curso da actividade tem conduzido à revisão dos cenários de crescimento económico para 2010 em sentido positivo. Em contrapartida acrescentou pesados encargos às finanças públicas. A confrontação com os limites razoáveis das políticas públicas sugere que a sustentação da retoma económica dependerá da capacidade da iniciativa privada em assumir-se como principal impulsionador do crescimento, fenómeno que se apresenta mais provável nos países onde a condição financeira das famílias e das empresas revela maior solidez.

As economias europeias foram particularmente afectadas nesta recessão mundial. São vários os países e instituições financeiras que, devido à prossecução de modelos de desenvolvimento e de negócio apartados dos fundamentais económicos, atravessam actualmente um período penoso de ajustamento.

Riscos ainda relevantes para a materialização dos cenários de crescimento

A fase mais pungente da crise parece ter passado, mas persistem riscos relevantes para o futuro próximo. De entre estes destaca-se um retrocesso da actividade económica, pela deficiente transição do impulso público para a iniciativa privada e pelo esgotamento dos efeitos temporários em acção. Este risco é superior nos países com níveis de endividamento mais elevados, com menor autonomia da procura interna e com maior vulnerabilidade às condições financeiras externas, factores que tendem a actuar, e a reforçar-se, em simultâneo.

ans
 1.11

Num sentido diferente, o dinamismo das economias emergentes, algumas com insuficiências relevantes em termos de acesso a recursos naturais, poderá renovar as tensões sobre os mercados de matérias primas e, por conseguinte, interferir nos processos de recuperação de países que se encontrem mais atrasados no ciclo económico, designadamente naqueles com maior dependência de recursos primários do exterior.

Por último, as dificuldades económicas, financeiras e sociais presentes na generalidade dos países constituem um terreno fértil para o exacerbar de comportamentos proteccionistas, apesar da oposição institucional em sede de G20. Num cenário de fraco crescimento e de pressão social latente não se poderá ignorar o risco de práticas de protecção dos constituintes locais em prejuízo de processos de abertura comercial e da ajuda a países financeiramente mais debilitados.

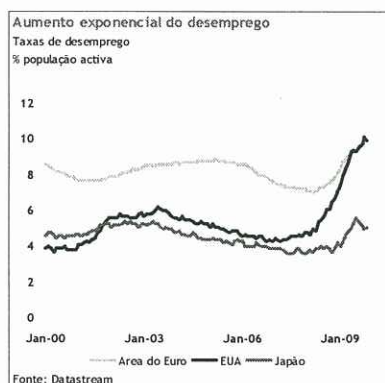
Redução do risco deflacionista, mas pressões inflacionistas ainda moderadas

A taxa de inflação nas principais economias encontra-se em valores historicamente baixos devido à conjunção de efeitos estatísticos de base, relacionados com o comportamento do preço dos combustíveis e com a disponibilidade de recursos produtivos. Os níveis de utilização de capacidade instalada, apesar de terem evidenciado alguma recuperação nos últimos meses, continuam deprimidos. As taxas de desemprego subiram expressivamente na generalidade dos países, não obstante as medidas públicas de defesa e de incentivo ao emprego.

Aumento exponencial do desemprego

Taxas de desemprego

% população activa



Por estes motivos, as pressões subjacentes sobre os preços deverão permanecer moderadas.

Portugal menos afectado pela crise, mas com potencial de recuperação limitado

A economia portuguesa foi afectada pela crise global, estimando-se uma queda do produto interno bruto de cerca de 3% em termos reais em 2009, decorrente da contracção da despesa em investimento, privado e público, e das exportações. Para 2010, no pressuposto de evolução

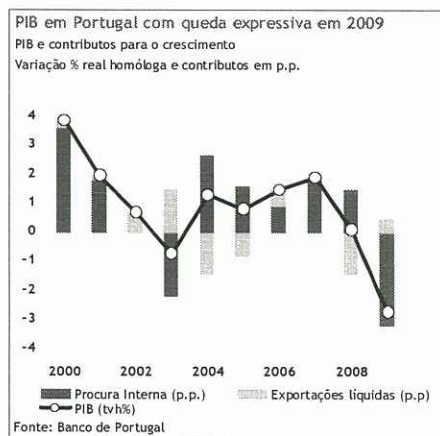
[Assinatura manuscrita]

económica mais favorável para os principais parceiros comerciais, projecta-se uma expansão muito moderada do produto. O crescimento potencial afigura-se condicionado, na ausência de reformas estruturantes de impacto relativamente célere.

PIB em Portugal com queda expressiva em 2009

PIB e contributos para o crescimento

Variação % real homóloga e contributos em p.p.



O consumo privado abrandou significativamente mas a redução das taxas de juro para níveis anormalmente baixos e o processo desinflationista intenso contribuíram para mitigar o impacto da quebra de emprego nas finanças familiares. Não obstante, as restrições orçamentais, efectivas ou esperadas, manifestaram-se na alteração da preferência dos consumidores, mais selectivos na realização de despesa, designadamente nas aquisições de maior valor. A taxa de desemprego subiu para perto de 10%, um dos valores mais elevados do passado recente, a par com um aumento do desemprego estrutural. Os níveis mais elevados do desemprego verificam-se nos estratos da população com níveis de qualificação mais baixos e nos jovens à procura de primeiro emprego, reflexo da reduzida flexibilidade que prevalece no mercado de trabalho. A taxa de inflação em 2009 foi negativa (-0.8%), a menor variação anual dos preços desde a década de 60. A decomposição da inflação revela a influência do preço da energia neste processo. Para 2010, projecta-se um comportamento menos positivo deste agregado muito embora o efeito final deva ser mitigado pela evolução moderada dos preços de outros itens.

Clima de confiança prejudicado pelo desemprego

Índice de confiança das famílias e taxa de desemprego

920
1.78

Em valor-índice e em % da população activa



A redução intensa da procura interna reflectiu-se numa retracção pronunciada das importações, razão pela qual, não obstante o enquadramento muito adverso nos principais mercados de destino dos produtos e serviços portugueses, o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi positivo em 2009. A ligeira recuperação da poupança privada, conjugada com termos de troca mais favoráveis, quando comparado com o ano de 2008, proporcionou uma redução do défice externo. Porém, este mantém valores muito elevados e evidencia elementos de alguma rigidez, decorrente do défice energético e da acumulação do endividamento nos últimos anos. Nestes factores, não se perfilam alterações favoráveis em 2010. Deste modo, a mera redução do défice comercial (excluindo bens energéticos) poderá revelar-se insuficiente para se conseguir um maior equilíbrio das contas externas. Impõe-se o passo suplementar de evoluir para uma situação excedentária nas rubricas não energéticas, mas tal, decerto, exigiria uma profunda alteração dos hábitos de despesa (consumo e investimento) que prevaleceram nos últimos anos, para além da desejada redução dos custos relativos.

A intervenção do Estado, em sintonia com os programas comunitários e ditada pelo curso da actividade económica, deixa um legado de finanças públicas debilitadas que limita as opções de política económica para os próximos anos. Uma vez que a reposição de valores mais baixos para o défice público dificilmente será conseguida com o efeito cíclico em reverso e tendo em conta a orientação do governo para investimento público de infra-estruturas será provável que seja necessário a adopção de medidas compensatórias noutras rubricas, por via de revisão de parâmetros fiscais, dos critérios para a atribuição de subsídios, para além de novo empenho em medidas de racionalização das despesas de funcionamento e no combate à evasão fiscal.

ENQUADRAMENTO DO SECTOR SEGUADOR

O volume de prémios de seguro directo e contratos de investimento do mercado português apresentou, em 2009, um decréscimo face ao ano anterior, condicionado por uma conjuntura macro-económica de recessão, quer a nível internacional quer a nível nacional, nomeadamente pelo fraco dinamismo de agregados como o consumo privado, o investimento, o rendimento e o emprego, bem como, por uma intensa concorrência entre os operadores deste sector de actividade. De facto, o mercado segurador decresceu em 2009 cerca de 5% tendo atingindo cerca

Handwritten signature and initials.

de 14,6 mil milhões de euros, o equivalente a 8,8% do PIB português. Este rácio, em relação ao PIB, que exprime a penetração do seguro na economia, manteve um nível elevado (9,2% em 2008).

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2009	2008	2007	2006	Var. 09/08	Var. 08/07	Var. 07/06
Vida	10.427,0	11.004,7	9.369,3	8.761,5	-5,2%	17,5%	6,9%
Não-Vida	4.131,6	4.321,0	4.381,6	4.361,3	-4,4%	-1,4%	0,5%
Total	14.558,6	15.325,8	13.750,9	13.122,9	-5,0%	11,5%	4,8%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

A quebra do volume de negócios do sector segurador foi, em grande parte, condicionado pela retracção de cerca de 5% do ramo Vida, cujos prémios atingiram cerca de 10,4 mil milhões de euros. A razão para este quadro evolutivo em Vida decorre da *performance* do seu principal segmento, os produtos de Capitalização, cujos prémios e contribuições diminuíram 16,5%, para perto de 6,3 mil milhões de euros.

Nos ramos Não Vida, muito por influência do comportamento geral da economia e eventualmente de alguns ajustamentos tarifários, a *performance* global de 2009 foi também de retracção do volume de prémios pelo segundo ano consecutivo. Os prémios cifraram-se em cerca de 4,1 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de mais de 4% face a 2008. Este comportamento, transversal a praticamente todos os ramos, continuou a ser fortemente influenciado pela queda dos prémios dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, segmentos mais penalizados pela conjuntura macro-económica e pela forte concorrência do sector segurador. Refira-se, no entanto, que alguns segmentos dos ramos Não Vida apresentam crescimentos positivos, como é o caso dos ramos de Doença e de Incêndio e Outros Danos, representando o peso de ambos cerca de 30% do total de Não Vida.

No ano de 2009, embora o grau de concentração no mercado segurador nacional se mantenha elevado, diminuiu face ao ano anterior, invertendo uma tendência de reforço que já se registava há alguns anos. Os cinco maiores grupos seguradores foram responsáveis por cerca de 70% dos prémios emitidos em 2009, o que compara com 74% em 2008.

Não obstante a estagnação da actividade económica que se tem verificado, podemos afirmar que o sector segurador assenta num modelo sólido e robusto, estando a ultrapassar esta exigente conjuntura sem apoio financeiro por parte do Estado, sem casos de insolvência e mantendo um rácio de solvência muito acima dos 100% exigidos.

Análise do Ramo Vida

O segmento Vida inverteu a tendência de crescimento que se verificava desde 2007 registando uma quebra significativa nos prémios e nos contratos de investimento, mantendo, no entanto, no final de 2009, um peso relativo de cerca de 72% do total de prémios de seguro directo do mercado português.

Handwritten signature and date: 1.7.10

Em 2009, todas as linhas de negócio apresentaram crescimentos inferiores aos registados em 2008, tendo-se verificado mesmo, nos produtos de Capitalização, sobretudo nos *Unit-Linked* (excluindo seguros PPR Unit-Linked), e nos produtos de Risco e Rendas uma diminuição dos prémios emitidos. De referir que se tem verificado ultimamente, com a transferência de competências de supervisão e regulamentação para a CMVM, um aumento de requisitos impostos à comercialização dos produtos *Unit-Linked*, que passaram no final de 2008 a ser classificados de forma generalizada como “produtos financeiros complexos” (Dec-Lei nº 211-A de Novembro de 2008), o que de alguma forma também condicionou a *performance* destes produtos.

Ainda no ramo Vida, é de realçar o excelente desempenho dos produtos de Poupança Reforma que pelo segundo ano consecutivo apresentaram um ritmo de crescimento assinalável, na ordem dos dois dígitos percentuais, o que vem confirmar uma tendência progressiva de alteração de atitude da população portuguesa relativamente à sua reforma:

- existe uma maior consciencialização de que a reforma atribuída pela Segurança Social não é suficiente para assegurar os padrões de rendimento e o nível de vida equivalentes aos do período de vida activa;
- a prudência aplicada à gestão das seguradoras é percebida pela população inspirando-lhe credibilidade e segurança.

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido a um aumento significativo do peso relativo dos produtos PPR (incluindo produtos PPR Unit-Linked) no total da produção do ramo Vida, passando de 22% em 2006, para 30% no final de 2009. Aliás, numa envolvente particularmente volátil de escassa liquidez na economia, os seguros de reforma e de produtos de capitalização com capitais e taxas de rendimento garantidas têm-se vindo a tornar produtos de refúgio dos aforradores portugueses, que nestes períodos se mostram avessos a produtos financeiros de maior

Prémios de Seguro Directo e Contratos de Investimento - Actividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2009	2008	2007	2006	Var. 09/08	Var. 08/07	Var. 07/06
Produtos de Capitalização	6.336,0	7.588,6	6.835,2	6.009,2	-16,5%	11,0%	13,7%
Planos Poupança Reforma	3.147,6	2.465,9	1.698,2	1.961,3	27,6%	45,2%	-13,4%
Risco e Rendas	943,4	950,2	835,9	791,0	-0,7%	13,7%	5,7%
Total	10.427,0	11.004,7	9.369,3	8.761,6	-5,2%	17,5%	6,9%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

risco.

No segmento Vida, continua a verificar-se um elevado grau de concentração em torno dos cinco principais operadores do mercado nacional, ainda assim com um ligeiro decréscimo 2009. De facto, os cinco principais grupos seguradores representavam em 2008 cerca de 86% do total do mercado segurador de vida, representando em 2009 cerca de 81% do mercado, valor próximo do registado em 2007.

2. SÍNTESE GLOBAL DA ACTIVIDADE

Em 2009 o mercado segurador registou um decréscimo superior a 5% no volume de prémios de seguro directo e contratos de investimento, face a 2008, fruto do clima de contracção económica

Handwritten signature and initials

que caracterizou o ano e respectivos reflexos negativos nos rendimentos das famílias e resultados das empresas. Foi neste contexto que a Occidental Vida obteve uma performance significativamente acima da média do mercado, com um decréscimo de apenas 3,4% em Vida. Com estes resultados a Occidental Vida ganhou a 2ª posição do mercado ao Grupo BES e aumentou em 0,4 p.p. a sua quota de mercado. A solidez e desempenho da Occidental Vida foram assinalados em 2009 (com base nos resultados de 2008) pela revista Exame, que lhe atribuiu o prémio de *Melhor Grande Seguradora Vida*.



Os resultados traduzem a excelente performance comercial de 2009, que alcançou valores históricos em linhas de negócio como o PPR (incluindo Unit Linked PPR): 537 milhões de euros assinalaram o melhor ano de sempre em seguros PPR. Tal deve-se ao posicionamento dado a este produto, colocando-o como uma solução de reforma mas também de investimento, quer para individuais, quer para empresas, o que permitiu alcançar com sucesso dois objectivos: uma venda contínua ao longo do ano (46% das vendas do canal Bancassurance foram efectuadas no 1º quadrimestre), eliminando pela primeira vez a tradicional sazonalidade deste produto, e o objectivo de colocação de volumes significativos.

Proporcionando excelência de produto e de serviço, o lançamento de soluções inovadoras em PPR como a Solução Especial Investimento (SEI), a Nova Solução Investimento (NSI) e a Solução Investimento Reforma (SIR), permitiram só por si alcançar vendas de 237,5 milhões de euros.

A inovação deste produto, ocorreu também na componente de canais, através do lançamento do PPR.net - o primeiro produto de venda exclusiva na internet, disponível através do site millenniumbcp.pt, que resultou na colocação de 1,5 milhões de euros em cerca de um mês.

Ao nível dos produtos de capitalização (seguros não ligados a fundos de investimento) verificou-se um crescimento expressivo de 63%, em relação a 2008, com um volume de 463 milhões de euros, performance excepcional que compara com um crescimento de apenas 5,2% do mercado. O lançamento de séries de soluções diversificadas e competitivas, quer para individuais quer para empresas, como o Poupança 112, 115, 120 e Poupança 125, bem como uma abordagem comercial segmentada de Clientes e necessidades, traduzida, por exemplo, no Jovem Aforro ou no Poupança Vida, foram marcos que permitiram esta performance.

Subindo duas posições no ranking, a Occidental Vida fechou 2009 como líder destacada de mercado em seguros Unit-linked, com 35% de quota de mercado.

Handwritten signature and initials.

O volume de entregas atingiu os 976 milhões de euros, fruto da conjugação de propostas atractivas com um time to market de 3 dias, que se traduziu no lançamento de 27 produtos Unit-linked ao longo do ano.

A performance alcançada conduziu ao aumento de 1,3 p.p. na taxa de penetração de seguros financeiros no total de recursos dos Clientes do Millennium bcp, resultado do posicionamento estratégico dado aos seguros financeiros desde o início do ano, integrando-os no portfólio de produtos do “Cabaz de Recursos” do Banco. Esta excelente performance é ainda mais relevante na medida em que foi efectuada sem recorrer a campanhas com visibilidade para os Clientes, com excepção do PPR.

O ano 2009 foi particularmente difícil para os seguros de Vida Risco, traduzido no impacto negativo nas vendas de seguros associados a operações de crédito (habitação ou pessoal), dado o contexto económico vivido e a diminuição da concessão de crédito. Apesar deste cenário, as taxas de penetração mantiveram-se em níveis de *benchmark* europeus. Seguindo a estratégia iniciada em 2008, este impacto negativo foi compensado pelo aumento das vendas de seguros *stand-alone*, pelo incremento do prémio médio dos seguros de Vida Risco *stand-alone* e Crédito Habitação. Campanhas como o Protecção Vida, permitiram alcançar vendas de 13.621 contratos, ou seja, mais 6,4% que no ano transacto.

A taxa de penetração de seguros nos Clientes do Millennium bcp continua a crescer de forma sustentada em vida, existindo ampla margem de crescimento.

Pautando como sempre pela excelência do serviço, cumpre destacar no ano os valores históricos obtidos ao nível da satisfação dos Clientes internos do Millennium bcp, com os serviços da seguradora.

2009 foi um ano em que a Millenniumbcp Fortis consolidou a sua posição no mercado, num contexto económico particularmente adverso, demonstrando a sua solidez e dinamismo comercial. A aposta permaneceu na obtenção de rentabilidade, através da captação e retenção de negócio, traduzida numa carteira equilibrada, proporcionando um serviço de excelência que reforçou os níveis de satisfação e lealdade de Clientes, internos e externos.

ANÁLISE FINANCEIRA

A **resultado técnico** do ramo Vida situou-se em 2009 nos 122.275 milhares de euros, evidenciando um crescimento de 215% relativamente aos 38.840 milhares de euros verificados no período homólogo de 2008, ano que foi fortemente penalizado pelo impacto negativo das perdas decorrentes da crise financeira.

Registou-se este ano uma evolução muito favorável ao nível da componente financeira do negócio, com reflexos positivos nos resultados em geral e em particular ao nível dos produtos de Capitalização e PPR, não ligados a fundos de investimento.

O maior contributo relativo para o resultado da companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco, cuja rentabilidade se baseia em políticas e práticas de subscrição rigorosas e uma superior capacidade de controlo de custos.

A obtenção de um **rácio de despesas** de 0,80%, aliado a um crescimento significativo do resultado técnico, revelam a gestão criteriosa e adequada que permitiu minimizar os efeitos adversos dos mercados de capitais.

Os **gastos administrativos**, por seu lado, atingiram os 16.141 milhares de euro, evidenciando um aumento moderado de 2,4% face ao período homólogo.

A evolução favorável da margem financeira, apoiada por uma política prudente a nível da gestão de investimentos, a excelente performance técnica do negócio, a oferta diversificada e inovadora de soluções para os clientes e o controlo rigoroso ao nível dos custos operativos justificam o acréscimo de 178% nos **resultados antes de impostos**, que atingiram em 2009 os 142.457 milhares de euros. O **resultado líquido** após impostos cifrou-se em 104.859 milhares de euros.

Ao nível da situação patrimonial é de referir que o **activo líquido** atingiu os 12.455.906 milhares de euros, o que resulta num acréscimo de 17% em relação ao ano anterior.

A **situação líquida** da Ocidental Vida situou-se nos 594.472 milhares de euros, ou seja um acréscimo de 40% em relação ao ano anterior, a que corresponde um **rácio de solvência** de 229%.

3. CORPORATE GOVERNANCE

A Millenniumbcp Fortis é um Grupo segurador detido pela Fortis e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador. A Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A. é uma subsidiária detida a 100% pela Millenniumbcp Fortis.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respectivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e de fiscalização adoptada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

1.78

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um máximo de oito membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respectivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada três meses.

Em 31 de Dezembro de 2009, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Dr. Bart Karel August De Smet), um Vice-Presidente (Dr. Nelson Ricardo Bessa Machado) e por cinco Vogais (Dr. Stefan Georges Leon Braekeveldt, Dr. Martin Nanno Kok, Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, Dr. Jan Adriaan de Pooter, Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho).

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua actuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêm as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Actualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Senhores Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy* CEO), Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) e Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é actualmente a seguinte:

Dr. Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino (CEO) - relações institucionais (autoridades de supervisão e APS), área de Apoio Corporativo, área Jurídica, área de *Compliance*, área de Auditoria Interna e Pensõesger.

Dr. Jan Adriaan de Pooter (*Deputy* CEO) - Médis, área de Organização & IT, *Back-office* dos ramos Não Vida, Plataformas técnicas dos ramos Não Vida e *Back-office* do ramo Vida (Plataforma Vida).

Dr. Michel Edmond Joseph Ghislain Baise (CFO) - área de Planeamento e Controlo, área de *Risk Management*, área de Investimentos, área Financeira, área de Actuariado, área de Resseguro.

Dr. Fernando Manuel Nobre de Carvalho - áreas Comerciais (*bancassurance*, Médis e o canal “SME – Agentes & Brokers”), áreas de Suporte à Venda e *Marketing*.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respectivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

1.74

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único, sempre que o julguem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respectivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

Remunerações

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem assim os esquemas de Segurança Social e outras prestações complementares são fixados pela Assembleia Geral.

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma *performance*. Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respectiva evolução, decorrem do grau de realização dos objectivos considerados no *Business Plan* que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, de factores relacionados com a solidez financeira da própria empresa, como sejam os níveis de solvência e de *rating*, e a própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

DSW
1.07/1.08

O montante anual de remuneração pago pela Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A. aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2009, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Francisco Alexandre Robles Monteiro Lino	319.850,30 Euros
Michel Edmond Joseph Ghislain Baise	346.350,24 Euros
Total Agregado	666.200,54 Euros

Processo de Decisão Empresarial

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respectivos termos de referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de activos (ALM). É ainda responsável pela selecção dos activos que são objecto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, para a reputação da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador.

No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos.

Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

1.98

Millennium bcp Serviços, ACE (Servibanca)

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, optimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

REGRAS DE CONDUTA

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respectivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade seguradora e de gestão de fundos de pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Actividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do *corporate governance* contribuem para o processo de decisão empresarial.

4. PERSPECTIVAS PARA 2010

Prosseguir a estratégia de colocação de produtos financeiros, assegurando níveis sustentados de crescimento da taxa de penetração na base de Clientes do Millennium bcp, assim como a manutenção de margens sustentadas.

As oportunidades de crescimento implicam enfoque na construção e comercialização de soluções de produto inovadoras, flexíveis e orientadas para os perfis de risco e expectativas de retorno dos diversos segmentos de Clientes, incluindo o Private Banking.

A consolidação da Ocidental Vida como a especialista em soluções de investimento, poupança e reforma, associada à marca do Banco, construindo as bases para alcançar 500.000 novos Clientes PPR no espaço de 3 anos.

Naturalmente que ao esforço de inovação corresponderá, como nos exercícios anteriores, um forte investimento na melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes externos e internos, através do desenvolvimento de processos robustos e inovadores, e do empenho de uma equipa de colaboradores profissional e fortemente motivada, que incorpora na actividade diária os valores essenciais da excelência operativa, da eficiência operacional e da orientação para o Cliente.

ABW
1.7.8

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido de impostos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. foi de euros 104.859.245,49 (cento e quatro milhões oitocentos e cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta e nove centimos) considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 104.859.245,49 (cento e quatro milhões oitocentos e cinquenta e nove mil duzentos e quarenta e cinco euros e quarenta e nove centimos) para resultados transitados.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2010.

O Conselho de Administração,

